

Florestas da Bacia do Congo: O desenvolvimento sustentável é possível?

Um patrimônio mundial de grande relevância

As florestas da Bacia do Congo, que abrangem os territórios de Camarões, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo (RDC), República Centro-Africana e Guiné Equatorial, constituem, com seus 268 milhões de hectares, o segundo maior maciço florestal do mundo, logo atrás da Amazônia. Essencial para o armazenamento de carbono, a Bacia do Congo é um dos lugares mais ricos do mundo em termos de biodiversidade. Sua grande variedade de plantas e árvores inclui muitas espécies de madeira preciosa que não são encontradas em nenhum outro lugar. A região abriga uma incrível diversidade de aves, répteis, mamíferos e invertebrados. As áreas úmidas, como as turfeiras da bacia central, além de serem importantes sumidouros de carbono, são essenciais para essas espécies, muitas delas ameaçadas.

Essas florestas garantem o sustento de aproximadamente 60 milhões de pessoas e abastecem áreas urbanas próximas, habitadas por quase 40 milhões de pessoas. Elas fornecem diversos bens (madeira, alimentos etc.) e serviços ecológicos essenciais (regulação climática, regulação hídrica etc.).

Pressões crescentes e vulnerabilidades

As florestas da África Central sofrem pressões crescentes, particularmente nos Camarões e na República Democrática do Congo. Embora os outros países tenham um índice de desmatamento mais reduzido, essa taxa se multiplicou entre 2 e 7 vezes ao longo da última década, dependendo do país. A agricultura de coivara continua sendo uma fonte significativa de perda florestal em todos os países, ainda que a extração de lenha nas proximidades das grandes cidades – notadamente na RDC – também seja um fator relevante e geograficamente concentrado. É importante considerar igualmente a exploração florestal não controlada e a mineração.

Outro desafio central para os Estados da Bacia do Congo reside na necessidade de conciliar a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento econômico. Até o momento, a escolha tem frequentemente favorecido as atividades extrativas, que representam uma parcela muito mais significativa de suas receitas.

Um relatório de 2021 indica que mais de um quarto das florestas tropicais da Bacia do Congo pode desaparecer até 2050 se as tendências atuais continuarem (Eba'a Atyi *et al.*, 2021).

Autores

Julien Philippart e Simon Callens (ETICWOOD)
Rachel Redon e Saskia Van Crugten (ALESOP)

País	% Área florestal*	Taxa anual de desmatamento*	% PIB (floresta/petróleo e mineração)
Camarões	46%	1,20%	4% / 32%
República Democrática do Congo	64%	0,70%	1% / 14%
Guiné Equatorial	93%	0,20%	0.2% / 90%
República do Congo	70%	0,06%	5.6% / 23%
República Centro-Africana	43%	0,06%	10% / 30%
Gabão	88%	0,05%	6% / 46%

* *Global Forest Watch, 2025*

Para manter o uso da floresta a longo prazo, três formas de uso da terra são empregadas atualmente: concessões florestais industriais, áreas protegidas e florestas comunitárias.

Embora a exploração industrial seletiva esteja sujeita a normas que incentivam uma gestão sustentável, frequentemente ela gera efeitos indiretos (abertura de vias, assentamento de colonos, intensificação da pressão sobre a fauna), configurando uma fonte de degradação ecológica, às vezes agravada por disputas com as comunidades locais. Além disso, as leis florestais têm aplicação apenas parcial devido à ausência de vontade política, à escassez de meios e a conflitos com outras legislações, como as que regulam a mineração ou as infraestruturas; sua implementação integral demandaria instituições robustas e um exercício político constante de *leadership* (Karsenty, 2020).

Nas áreas protegidas, por sua vez, muitas vezes localizadas em territórios habitados, também há a tentativa de conciliar preservação e desenvolvimento local. No entanto, essa convivência permanece difícil, devido a tensões fundiárias e falhas de implementação política. Embora uma evolução no sentido de um maior reconhecimento dos direitos comunitários tenha sido iniciada, os resultados ainda parecem limitados. Por fim, a silvicultura comunitária, apesar de apresentar potencial para o desenvolvimento local, é dificultada por conflitos de interesse, custos elevados de implementação e carência de ação conjunta. Essa situação favorece a apropriação pelas elites locais, o que acarreta uma distribuição desigual de benefícios e tensões dentro das comunidades.

Uma abordagem integrada do meio ambiente

Os lucros com a exploração florestal e a criação de áreas protegidas ou florestas comunitárias não são, portanto, suficientes para a manutenção dessas áreas. A preservação sustentável das florestas exige uma abordagem integrada do meio ambiente, para além dos limites administrativos das concessões ou áreas protegidas, combinando preservação, desenvolvimento econômico e usos locais, a fim de responder à complexidade dos desafios sociais e ecológicos. Essa abordagem também deve abranger estruturas legais coerentes e uma governança responsável, com a integração ativa das comunidades locais.

Valorizar os serviços prestados pelas florestas

Além de seu valor econômico direto (madeira, produtos não madeireiros, turismo), as florestas desempenham funções ecológicas vitais: armazenamento de carbono, regulação da água e preservação dos habitats. Esses “serviços ecossistêmicos”, muitas vezes invisíveis, devem ser reconhecidos e valorizados para que sua proteção seja incentivada. Atualmente, a valoração econômica dos serviços ecossistêmicos florestais ampara-se principalmente em créditos de carbono, calculados com base na quantidade de carbono armazenado pelos ecossistemas florestais e gerados por meio de estratégias ou projetos de reflorestamento ou

desmatamento evitado. No entanto, nem o mecanismo REDD+, que tem como objetivo o pagamento por resultados de desmatamento evitado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, nem os mercados voluntários de créditos de carbono atenderam às expectativas dos países florestais ou dos promotores de projetos em termos de fluxos financeiros gerados desde sua criação. No âmbito do REDD+, por exemplo, apenas o Congo e a RDC foram contemplados com compromissos do Fundo Verde para o Clima (41,8 e 55 milhões de USD, respectivamente), mas os pagamentos ainda não foram efetuados até o momento. Mais recentemente, os créditos ou certificados de biodiversidade, que podem ser definidos como uma unidade quantificável, rastreável e comercializável de contribuição positiva para a biodiversidade – obtida por meio de ações de preservação ou restauração –, têm aparecido nas discussões, com o objetivo de ampliar a atenção a outros serviços florestais. No entanto, quer o foco de interesse esteja no carbono ou na biodiversidade, a quantificação dos impactos envolve comparar os resultados obtidos com uma situação inicial definida no início do projeto: a “situação de referência” ou o nível de referência.

A fim de garantir a confiabilidade e a credibilidade dos créditos de carbono ou dos certificados de biodiversidade emitidos, essa “situação de referência” precisa assentar-se em critérios claros, compartilhados e facilmente reproduzíveis. Isso requer, por exemplo, chegar a um consenso sobre a definição de floresta, estimar com precisão a quantidade de carbono armazenado ou usar métodos transparentes e comuns para caracterizar concretamente o nível de biodiversidade. Atualmente, em particular na Bacia do Congo, as metodologias para estabelecer essas “situações de referência” revelam-se complexas ou, no que diz respeito aos certificados de biodiversidade, permanecem por ser definidas.

Além disso, o financiamento continua distribuído de maneira desigual: entre 2008 e 2017, a Bacia do Congo recebeu apenas 11,5% do financiamento florestal global, em comparação com 34% para a Amazônia e 54,5% para o Sudeste Asiático (*Forest Declaration Assessment*, 2022).

Rumo a um mecanismo inovador: a avaliação do capital natural existente

Cada hectare de floresta existente que desaparece na Bacia do Congo tem grandes consequências climáticas, ambientais e sociais, que não podem ser compensadas durante várias décadas, nem mesmo com o plantio de árvores.

Nesse contexto, remunerar cada hectare de floresta existente na Bacia do Congo, a partir de agora, pode ajudar a garantir sua manutenção.

Sem mecanismos de incentivo claros para avaliar as florestas existentes e seu capital natural, e na ausência de apoio financeiro, os países que ainda possuem grandes áreas florestais correm o risco de ver suas florestas desaparecerem devido à continuação de práticas não sustentáveis e à geração de lucros econômicos de curto prazo por meio do desenvolvimento de atividades de exploração florestal não controladas de natureza agrícola, minerária ou petrolífera.

Na Bacia do Congo, a situação é muito contrastante: o Gabão, a República Centro-Africana e a República do Congo ainda têm vastas áreas de floresta intacta sujeitas a pressão limitada; a RDC abriga a maior área florestal, mas enfrenta um rápido desmatamento de mais de 500.000 hectares por ano; ao passo que nos Camarões, a cobertura florestal já foi consideravelmente reduzida (quase 5% em 10 anos) (*Global Forest Watch*, 2025). Portanto, os esforços a serem empreendidos por cada país são diferentes. Um sistema de avaliação «inovador» deverá levar em conta essas realidades diferenciadas e construir uma abordagem que seja equitativa e justa para cada país de acordo com os riscos incorridos e o contexto nacional ou local. Deverá possibilitar uma remuneração adequada para boas práticas, sejam elas oriundas de operadores econômicos, de comunidades locais engajadas no manejo florestal sustentável ou dos próprios Estados.

Essa valorização das florestas existentes poderia ajudar a financiar os compromissos exigidos pelas estratégias nacionais de uso da terra. Tais estratégias devem estabelecer objetivos claros para distribuir os usos entre a preservação florestal e o desenvolvimento econômico e social. Idealmente, graças a esse novo sistema de avaliação, a manutenção da cobertura florestal não deve mais representar uma perda de oportunidade econômica para os Estados nem para as populações locais. O novo modelo deve ser capaz de atenuar os desafios tanto das pressões do mercado quanto das decisões políticas de curto prazo. De fato, tais esferas estão, muitas vezes, fora de sintonia com os objetivos climáticos e ambientais de longo prazo.

A implementação deste novo mecanismo deve se basear em uma ferramenta de mensuração simples, clara e universalmente aplicável, capaz de refletir da melhor forma o valor global da floresta. De fato, cada hectare de floresta não abrange os mesmos valores em termos de serviços ecossistêmicos.

O uso da área de cobertura florestal – conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2023) – em um momento T, como situação de referência, pode fornecer uma base simples e pragmática para iniciar este sistema de avaliação do capital natural existente.

Este mecanismo garantiria, portanto, recursos financeiros mínimos previsíveis e facilmente mobilizáveis

vinculados aos esforços de preservação florestal, sem excluir uma combinação de outros mecanismos existentes. Assim, esse valor de base poderia ser ajustado posteriormente, de forma adaptada e levando em conta o contexto local, por meio de créditos de carbono, certificados de biodiversidade ou outros pagamentos por serviços ecossistêmicos. O design do mecanismo também deve garantir que uma “correia de transmissão” seja colocada em prática para converter o financiamento mobilizado em proteção florestal tangível. As regras para a distribuição desses recursos entre as populações locais e os usuários da floresta, as autoridades locais e o Estado central devem ser objeto de atenção especial.

Uma implementação em desenvolvimento: a importância dos diferentes agentes

Assim, o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas florestais na Bacia do Congo mostra-se viável. Tal modelo de desenvolvimento sustentável possibilita uma tradução monetária do valor de existência das florestas, em paralelo aos esforços de restauração florestal e de redução do desmatamento e da degradação. Isso resulta em inovações tanto nas ferramentas de mensuração e financiamento, como na coordenação entre políticas florestais e estratégias de desenvolvimento econômico. Um forte compromisso dos agentes financeiros, o fortalecimento da governança local e o envolvimento das comunidades locais são essenciais. A implementação de um mecanismo desse tipo exige uma atuação coordenada e deliberada de agentes fundamentais:

- **Os Estados da África Central** podem criar as condições para tais investimentos ao prosseguir seus esforços de proteção das florestas existentes mediante uma governança mais engajada, do fortalecimento da coerência entre políticas setoriais e territoriais e da intensa participação das comunidades locais.

- **Os financiadores e investidores, tanto públicos quanto privados**, dispõem da oportunidade de explorar mecanismos financeiros inovadores, capazes de mobilizar recursos adicionais para as florestas remanescentes.
- **A contribuição de pesquisadores** deve permitir quantificar o valor dos ecossistemas naturais de maneira cada vez mais robusta, facilitando assim a sua monetização e, simultaneamente, mantendo os esforços para caracterizar o estado de preservação das florestas por meio de técnicas eficientes e de aplicação geral.
- Um engajamento crescente **das comunidades locais e populações indígenas** para reforçar a pertinência de uma abordagem territorial e ascendente na preservação das florestas existentes.

Ao conciliar as respectivas expectativas e necessidades de todas essas partes interessadas, tal mecanismo inovador de avaliação do capital natural oferece um caminho promissor para o financiamento sustentável da preservação de florestas naturais.

Este documento foi o resultado de uma contribuição coletiva sem precedentes neste contexto, por parte de intervenientes franceses comprometidos com as florestas da Bacia do Congo. Suas *expertises* foram mobilizadas por ocasião de um workshop híbrido colaborativo em março de 2025.

Caroline Merle e Grégoire Lejonc, da Divisão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Biodiversidade da AFD, também contribuíram significativamente para a redação do documento.

Bibliografia

Eba’a Atyi et al. (2022), *Les forêts du bassin du Congo: État des Forêts 2021*. Bogor, CIFOR.

FAO (2023), “FRA 2025 Terms and definitions”. *Forest Resources Assessment Working Paper*, n° 194, Roma, FAO, <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cc4691en>.

Ferrat M., Manirajah S. M., Bilombo F., Rynearson A. e Dingkuhn P. (2022), *Évaluation régionale 2022 : Suivi des progrès réalisés vers les objectifs forestiers dans le bassin du Congo*. FDA, https://forestdeclaration/wp-content/uploads/uploads/2022/11/2022_RegionalAssessment_ENG.pdf.

Global Forest Watch (2024), *World Resources Institute*, consultado em 25/06/2025, 2025, www.globalforestwatch.org.

Karsenty (2020). “Géopolitique des forêts d’Afrique centrale”. *Hérodote*, 179, pp. 108-129.

Agence française de développement (AFD)
5, rue Roland Barthes | 75012 Paris | França
Diretor da publicação Rémy Rioux
Editor executivo Thomas Mélonio
Desenho gráfico MeMo, Julie Gilles, D. Cazeils
Layout eDeo-design.com
Tradução Cadenza Academic

Depósito legal 3º trimestre 2025 | ISSN 2428-8926
Atribuição e autorização
License Creative Commons CC-BY-NC-ND
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>
Printed by the AFD reprographics department

As análises e conclusões deste documento são sobre a responsabilidade dos autores. Não necessariamente traduzem as posições da Agence Française de Développement.

As outras publicações da série QDD estão disponíveis no site da AFD :
<https://www.afd.fr/pt-pt/publicacoes/lista?collection%5B15%5D=15&type%5B170%5D=170&words=>

